

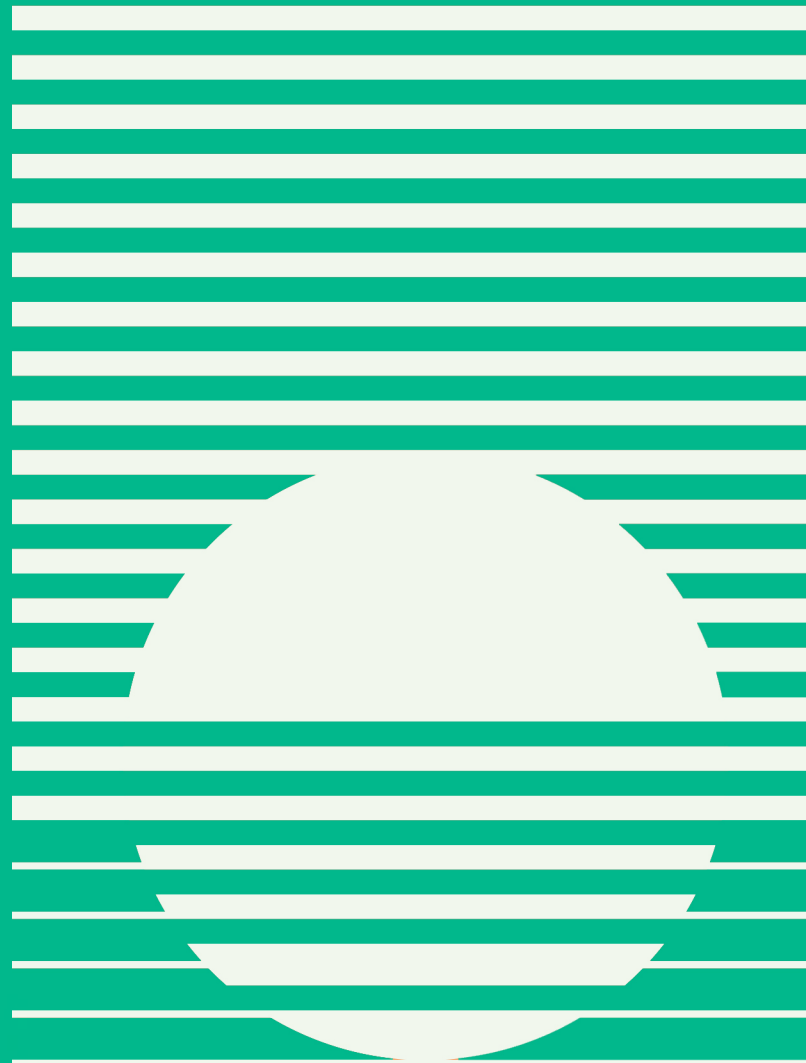
ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

09
2017



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares de Aguiar

Editor Adjunto: Hugo Bras Martins da Costa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Lodoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadro, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Timóteo Saba M'bunde.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

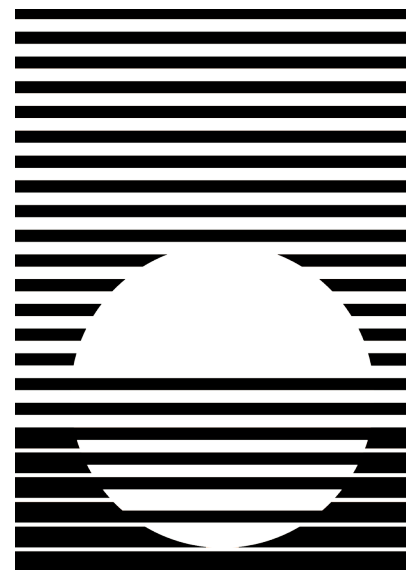
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Michel Temer assina acordos bilaterais com a China
Cooperação Sul-Sul do Brasil com 14 países africanos
Primeiro projeto de cooperação financiado pelo Banco dos BRICS começa a operar
BRICS debatem temas de relevância global

Página 05

Venezuela é destaque nos discursos de líderes sul-americanos na ONU
Peru busca projeção internacional, mas política doméstica é obstáculo

Página 06

Visita do Papa à Colômbia é percebida como estímulo para construção da paz
Renúncia do vice-presidente do Uruguai

Página 07

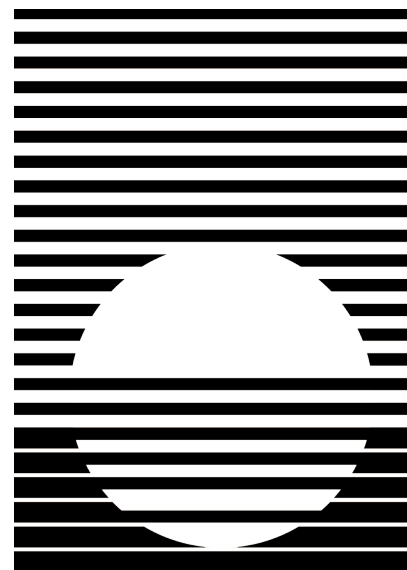
Diplomacia presidencial de Bachelet e visita como candidato do ex-presidente Piñera nos EUA
Chile: Conflito mapuche e a longa disputa por um território originário
Solidariedade e política marcam respostas a desastres naturais

Página 08

Divergências entre muçulmanos e budistas em Mianmar geram fluxo de refugiados
Alerta de ameaça a minorias

Página 09

Governos Federal e do estado de São Paulo sofrem críticas de ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU
Avanços e retrocessos na questão de gênero



Michel Temer assina acordos bilaterais com a China

Em viagem à China, devido à participação na IX Cúpula dos BRICS, Michel Temer se encontrou com o presidente chinês, Xi Jinping, para tratar de assuntos bilaterais, principalmente relativos a investimentos e comércio. Temer afirmou que há uma movimentação do governo brasileiro em promover o diálogo sobre as alternativas de proteção ao meio ambiente, apesar de haver contestação por boa parte das organizações da sociedade civil no Brasil, e defendeu a exploração dos recursos minerais na Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca). Ao todo, os dois países assinaram 14 atos internacionais, entre bilaterais e acordos privados. Após o encontro com Xi Jinping, Michel Temer se reuniu com executivos da State Grid, uma das maiores investidoras chinesas em energia no Brasil. A China acompanha a situação brasileira pelo ponto de vista dos interesses comerciais, sobretudo no setor de energia, seguindo entusiasmada pelos pacotes de privatizações anunciados ao longo do mês de setembro por Michel Temer.

Fontes: [El País](#), 01/09/2017; [Jornal do Comércio](#), 01/09/2017; [Palácio do Planalto](#), 01/09/2017; [Americas Quartely](#), 27/09/2017.

Cooperação Sul-Sul do Brasil com 14 países africanos

Em 25 de setembro, o Brasil (por meio do Instituto Brasil-África), os governos de 14 países africanos e o Banco Africano de Desenvolvimento (BADF) lançaram um programa de formação e capacitação de jovens africanos, para facilitar a inserção no mercado de trabalho. Em comunicado, o BADF afirmou que a iniciativa é patrocinada pelo Fundo Fiduciário para a Cooperação Sul-Sul e que abrange uma série de cursos voltados ao desenvolvimento profissional de jovens, baseados na tecnologia e experiências brasileiras nas áreas de agricultura e desenvolvimento rural, saúde, educação, comunicação e infraestrutura. O primeiro curso, que se iniciará no mês de outubro, terá dois meses de duração e será ministrado por técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Jovens de 18 a 35 anos que foram selecionados em 14 países do continente africano serão capacitados na área de produção e de processamento da mandioca. O BADF sublinhou que a mandioca é considerada crucial para a segurança alimentar de milhões de pessoas, o que reforça a pertinência da Cooperação Sul-Sul na área.

Fontes: [DN Lusa](#), 25/09/2017; [O Jogo PT](#), 25/09/2017; [Diário de Notícias da Madeira](#), 25/09/2017; [O Jogo PT](#), 25/09/2017.

Primeiro projeto de cooperação financiado pelo Banco dos BRICS começa a operar

Em 02 de setembro, o Projeto de Energia Solar Distribuída de Shanghai Lingang começou a ser implementado. Trata-se da primeira iniciativa de cooperação financiada pelo Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS a iniciar suas operações. O empréstimo de US\$ 76 milhões foi concedido no âmbito de um acordo assinado entre o NBD, o Ministério das Finanças da China e o governo municipal de Shanghai, em dezembro de 2016. O projeto será dividido em etapas ao longo de três anos e busca criar um complexo energético de fonte solar na área industrial de Lingang. Projetos na mesma área devem beneficiar outros países membros do bloco. De acordo com Paulo Nogueira Batista Jr., vice-presidente do NBD, o Brasil já possui um empréstimo programado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de US\$ 300 milhões, assinado dia 30 de agosto, para financiar a iniciativa privada brasileira na área de energia renovável solar e eólica. Batista Jr. também sublinhou que dois terços dos projetos do NDB nos próximos anos devem ser na área de energia limpa e renovável. Isso pode indicar a preocupação da instituição em construir uma imagem de compromisso com o desenvolvimento sustentável, o que contrasta com a matriz energética de alguns países fundadores.

Fontes: [Jornal do Brasil](#), 03/09/2017; [Moneycontrol](#), 03/09/2017; [Portal Planalto](#), 03/09/2017; [Agência ABIPTI](#), 05/09/2017.

BRICS debatem temas de relevância global

Entre os dias 03 e 05 de setembro, ocorreu em Xiamen, na China, a IX Cúpula dos BRICS. Durante o encontro foram abordados temas referentes ao comércio entre os membros do grupo num contexto global de protecionismo, à projetos voltados ao financiamento do desenvolvimento, à questão ambiental, às tensões na região do Golfo e na península coreana, bem como à questão da restrição nuclear. No documento, os países que compõem o grupo criticaram a tendência mundial de aumento de práticas protecionistas, que

ameaçam as perspectivas de crescimento global e a confiança do mercado financeiro. Ademais, em um contraponto ao presidente dos EUA, Donald Trump, no tema de mudança climática, os BRICS encorajaram os países do mundo a implementarem o Acordo de Paris em sua totalidade. Defenderam crescimento econômico baseado na baixa emissão de carbono, bem como que os países desenvolvidos forneçam recursos financeiros e tecnológicos, apoiando os países em desenvolvimento para aumentar sua capacidade de mitigação e adaptação. No que tange a temas de segurança internacional, Brasil, Rússia Índia, China e África do Sul também congratularam o governo iraquiano por ter recuperado Mossul do controle do Estado Islâmico e manifestaram preocupação com a guerra civil no Iêmen. Os cinco países emergentes pediram que todas as partes diretamente envolvidas na atual crise diplomática na região do Golfo superem suas dissonâncias através do diálogo, e acolham os esforços de mediação do Kuwait. Além disso, os BRICS expressaram profunda preocupação com o aumento das tensões relativas à escalada nuclear na península coreana e defenderam a necessidade de se chegar a uma solução de maneira pacífica e por meio de um diálogo direto entre todas as partes envolvidas. Por fim, os cinco países anunciaram apoio ao acordo de restrição nuclear fechado pelos integrantes do Conselho de Segurança da ONU com o Irã. Apesar do formato ampliado dos encontros dos BRICS não ser uma novidade, é importante ressaltar, para essa edição, a China, no âmbito da Presidência rotativa do grupo, convidou as delegações do Egito, Tailândia, Tadjiquistão, México e Guiné para acompanharem a Cúpula. Em abril desse ano o chanceler chinês, Wang Yi, defendeu a extensão do bloco com a possível adesão do México, Paquistão e Sri Lanka, que na sua opinião, tornaria os BRICS uma plataforma mais ampla para articulações em uma lógica de cooperação Sul-Sul.

Fontes: [Sputnik](#), 01/09/2017; [Jornal do Brasil](#), 03/09/2017; [Folha de São Paulo](#), 03/09/2017; [EBC](#), 05/09/2017; [Folha de São Paulo](#), 06/09/2017.

Venezuela é destaque nos discursos de líderes sul-americanos na ONU

Entre os dias 18 e 20 de setembro, foi realizada na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, a abertura da 72ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Tradicionalmente, cabe ao Brasil realizar o discurso de abertura,

desde a realização da primeira sessão, em 1946. Em seu discurso, Michel Temer ressaltou a importância da integração regional para o Brasil e afirmou que o país está aberto a receber refugiados da Venezuela. A crise no país também foi destacada por outros líderes da América do Sul, a exemplo de Horácio Cartes, presidente paraguaio, que clamou por uma solução urgente para a situação venezuelana. O presidente da Guiana, David Granger, além de atentar para a crescente tensão na Venezuela, utilizou o plenário da Assembleia para criticar as pretensões territoriais do país em área de fronteira. O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, também expressou preocupações com a crise na Venezuela e atentou para os avanços na negociação entre o governo e as FARC, ponto pelo qual foi parabenizado pelo presidente equatoriano, Lenin Moreno, em seu discurso. A sessão de abertura foi marcada, ainda, por críticas à Coreia do Norte, sobretudo a partir do discurso de Donald Trump, que não descartou soluções militares para solucionar os impasses/a crises tanto no país asiático quanto na Venezuela. O governante estadunidense convidou, ainda, Temer, os presidentes do Panamá, Juan Carlos Varela, e da Colômbia, além da vice-presidente argentina, Gabriela Michetti, para um jantar privado, em que a situação da Venezuela foi discutida. O chanceler venezuelano, Jorge Arreaza, representante do país da Assembleia, considerou os discursos uma ameaça contra a soberania do país e um desserviço à paz e à estabilidade. Na mesma linha, o presidente boliviano, Evo Morales, declarou apoio ao governo de Nicolás Maduro, em seu discurso da AGNU, e criticou interferências externas na região.

Fontes: [El Universal](#), 18/09/2017; [G1](#), 18/09/2017; [Nodal](#), 19/09/2017; [El Tiempo](#), 19/09/2017; [O Globo](#), 19/09/2017; [El Deber](#), 19/09/2017; [Nodal](#), 20/09/2017; [La Nacion](#), 20/09/2017.

Peru busca projeção internacional, mas política doméstica é obstáculo

No mês de setembro, o Peru empreendeu uma série de iniciativas de política externa que contribuíram para a projeção de sua imagem no cenário regional e internacional. O país foi o primeiro e, até agora, o único no subcontinente sul-americano a expulsar do território nacional o embaixador da Coreia do Norte, como forma de repúdio aos testes nucleares e balísticos realizados por Pyongyang à revelia da Organização das Nações Unidas (ONU). Com sua eleição a membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU para o biênio 2018-2019 já garantida desde junho, o

Peru lançou, no dia 13 de setembro, a candidatura oficial da magistrada peruana Luz Ibáñez para substituir um dos seis juízes do Tribunal Penal Internacional que deverão deixar o cargo em dezembro deste ano. No âmbito hemisférico, o Peru manteve a iniciativa na articulação do Grupo de Lima que, em encontro realizado no dia 20 de setembro, às margens da 72ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), emitiu declaração conjunta, assinada por onze países latino-americanos, de repúdio ao regime de Maduro na Venezuela. No entorno regional, as relações bilaterais com a Bolívia foram reforçadas com a realização, em 1º de setembro, do III Gabinete Binacional Peru-Bolívia, ocasião na qual as conversações giraram em torno de quatro eixos temáticos, a saber: recursos hídricos; segurança e defesa; cooperação econômica e social; e integração infra estrutural e energética. A instabilidade política no plano doméstico, entretanto, vem se demonstrando um grande obstáculo à política de busca por prestígio na cena internacional implementada por Lima. Após ter momentaneamente suspensa, pelo congresso nacional, sua permissão de viagem a Nova Iorque, onde participaria da AGNU, o presidente peruano, Pablo Kuczynski, foi obrigado a cancelá-la por conta própria com vistas a administrar a crise instaurada em seu governo que resultou na substituição de seis dos principais ministros do gabinete presidencial.

Fontes: [El Comercio](#), 01/09/2017; [El Comercio](#), 01/09/2017; [El Comercio](#), 01/09/2017; [El Comercio](#), 13/09/2017; [El Comercio](#), 15/09/2017; [El Comercio](#), 19/09/2017; [La República](#), 11/09/2017; [La República](#), 12/09/2017; [La República](#), 23/09/2017.

Visita do Papa à Colômbia é percebida como estímulo para construção da paz

Entre os dias 06 e 10 de setembro o Papa Francisco visitou a Colômbia, sendo destaque nos principais jornais nacionais. A terceira visita de um Pontífice ao país foi marcada pela ênfase em prol da reconciliação nacional. O Papa, que havia apoiado desde o início as negociações do governo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), atualmente integradas à política colombiana como partido, propôs ao longo de sua estadia no país que os colombianos se comprometessem em construir a paz. Dois dias antes da sua chegada ao país, o governo e o Exército de Libertação Nacional (ELN) – atualmente a maior guerrilha colombiana – anunciaram o cessar-fogo bilateral, após seis meses de negociações. A imprensa retratou que os avanços na negociação tiveram relação com a

visita de Francisco, que teria servido como um catalizador para a diminuição das hostilidades. Pablo Beltrán, chefe negociador do ELN, mencionou que este acordo foi o primeiro milagre do Papa. O presidente Juan Manuel Santos expressou suas expectativas de que a visita de Francisco estimulasse o primeiro passo em busca da reconciliação com o grupo armado, e o Ministro da Defesa, Luis Carlos Villega, anunciou que a visita do Pontífice foi crucial para os avanços nas discussões com o ELN, que caminhavam a passos lentos. A oposição manifestou-se contra o governo, argumentando que Santos aproveitou a visita do Papa para manipular a opinião pública, buscando apoio para legitimar o processo de paz. Apesar da crítica, a percepção da imprensa e da opinião pública foi de que Francisco tem um importante papel como mediador, atuando como um peregrino de esperança e paz. Ainda em visita à Colômbia, o Pontífice reuniu-se com membros da Igreja Católica venezuelana e pediu que se estabeleça uma tentativa de diálogo entre Nicolás Maduro e a oposição.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 04/09/2017; [El Tiempo](#), 04/09/2017; [El Espectador](#), 04/09/2017; [El Espectador](#), 05/09/2017; [El Espectador](#), 06/09/2017; [Istoé](#), 06/09/2017; [G1](#), 07/09/2017.

Renúncia do vice-presidente do Uruguai

Em 09 de setembro de 2017, Raúl Sendic, vice-presidente do Uruguai, renunciou ao cargo. A imprensa uruguaia destaca que a renúncia repercutiu em vários países, tendo em vista que a imagem de Sendic ficou muito desgastada, em função das acusações de má gestão enquanto era membro da diretoria da empresa estatal Administración Nacional de Combustibles, Alcoholes y Portland (Ancap), e também devido à alegação de que ele não possui um título acadêmico. A renúncia foi feita após decisão tomada pelo Tribunal de Conduta Política do próprio partido, o Frente Amplio, o qual considerou que os gastos realizados com cartões corporativos da Ancap evidenciam um mau uso de dinheiro público. Em vista do ocorrido, o presidente Tabaré Vázquez afirmou que o governo deverá estabelecer uma regulamentação para o uso dos cartões, atualmente não existente nas leis uruguaias. Além disso, Sendic também reconheceu que, de fato, não possui o título de licenciatura em Genética Humana validado no Uruguai. A Assembleia Geral aceitou a renúncia de Sendic e determinou que Lucía Topolansky, senadora pelo Frente Amplio, assumisse a vice-presidência, pois foi a segunda mais votada da

coligação nas últimas eleições. O senador mais votado, Pepe Mujica, não pode assumir porque a Constituição do Uruguai impede um ex-presidente de ocupar novamente a primeira magistratura por até cinco anos depois de deixar o cargo.

Fontes: [El País](#), 09/09/2017; [Folha de S. Paulo](#), 09/09/2017; [República](#), 10/09/2017; [El Observador](#), 11/09/2017; [República](#), 13/09/2017.

Diplomacia presidencial de Bachelet e visita como candidato do ex-presidente Piñera nos EUA

Em setembro de 2017, a presidenta Michelle Bachelet viajou aos Estados Unidos para participar da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), última da qual participará como presidenta do Chile. Por ocasião da visita, Bachelet assinou o Tratado de Proibição de Armas Nucleares e assistiu a várias reuniões e encontros relacionados a recursos oceânicos, pobreza multidimensional, investimento na Aliança para o Pacífico e acordo com o Banco de Desenvolvimento da América Latina. Também participou de encontros com alguns presidentes latino-americanos, especialmente com os mandatários do Equador, da Colômbia e do Peru, e com líderes mundiais, como com a chanceler da União Europeia e o primeiro ministro da Dinamarca. Na mesma semana da viagem de Bachelet, Sebastián Piñera, quem foi ex-presidente do Chile e é atual candidato para as eleições presidenciais de novembro de 2017, visitou os Estados Unidos para iniciar formalmente sua campanha eleitoral. Na oportunidade foi recebido pelo ex-presidente Barack Obama em Washington, com quem tratou temas como aquecimento global e a situação da Venezuela e, em discurso no Wilson Center, Piñera questionou a saída dos Estados Unidos do Tratado de Associação Transpacífico (TPP), dado que aumentaria o poder da China na América Latina. Além disso, criticou a reforma laboral feita por Bachelet e a proposta de gratuidade universitária.

Fontes: [EMOL](#), 19/09/2017; [El Mercurio](#), 23/09/2017; [EMOL](#), 22/09/2017.

Chile: Conflito mapuche e a longa disputa por um território originário

No início do mês de setembro, a organização de resistência territorial Weichan Auka Mapu – grupo composto por representantes dos povos indígenas Mapuche – incendiou 29 caminhões de uma empresa

florestal, que controla cerca de 20% do território da Araucanía, no Chile. Os mapuches viveram por centenas de anos em partes do Chile e da Argentina e lutaram contra os conquistadores espanhóis até o século XIX, entre 1861 e 1883, quando foram subjugados pelo exército chileno, na pacificação da Araucanía. Compostos por cerca de 1 milhão e cem indivíduos, os povos Mapuche vivem em pequenas comunidades nas regiões da Araucanía e Los Ríos, a 680 quilômetros, ao sul de Santiago. A ação da organização destes povos originários nem sempre teve a violência como base. Seus representantes tentaram, por meio da burocracia judicial chilena, reivindicar um território originalmente pertencente aos Mapuche. No entanto, a partir de 1997, com a recusa e a demora nas negociações por parte do governo, a organização passou a realizar ações incendiárias, com a intenção de recuperar as terras ancestrais e formar o que chamam de Wallmapu, ou país Mapuche, que inclui parte do território Argentino, em Puelmapu, nos Andes e a região Araucanía, no Chile. Desde 2014, a organização já realizou 797 ações no Chile, para reivindicação das terras. Como desdobramento da mais recente atuação Mapuche, o governo de Bachelet enviou seu comissário de segurança, o Sub-secretário Mahmud Aleuy e ativou os protocolos da lei antiterrorista. Para além desta atitude, o Estado chileno já havia levado adiante uma política de penalização generalizada, que causou a prisão de membros de comunidades e de organizações dos povos indígenas, por causa da aplicação da Lei de Segurança Interna, além de diversas operações policiais, que resultaram em maus-tratos contra parte de seus membros.

Fontes: [La Nación](#), 03/09/2017; [Eltrecetv](#), 03/09/2017; [Emol](#), 17/09/2017.

Solidariedade e política marcam respostas a desastres naturais

Além dos efeitos causados principalmente no Texas pelo Furacão Harvey no final de agosto, o mês de setembro foi marcado por outros desastres naturais, que causaram mortes e destruição. É o caso das inundações em decorrência de monções no sudeste asiático, do Furacão Irma no Caribe e nos EUA, além dos terremotos no México. A crise humanitária que seguiu esses desastres desencadeou uma onda de solidariedade internacional, inclusive do Brasil. Após o encerramento oficial da participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) no dia 31 de agosto, o Secretariado

das Nações Unidas autorizou, em 07 de setembro, a extensão excepcional das operações humanitárias das tropas brasileiras na missão, em razão da passagem do Furacão Irma pelo Norte do país. Com a autorização, as tropas brasileiras puderam sair novamente às ruas do Haiti, realizando patrulhas e apoiando regiões que estavam na rota do furacão. A nova data de encerramento das operações foi 17 de setembro. Além disso, organizações internacionais, a exemplo do Comitê da Cruz Vermelha e o Comitê Olímpico Internacional, e outros países do Sul, como a China e o Suriname, também enviaram auxílio a regiões atingidas pelos desastres. Todavia, fatores políticos influenciaram as ações humanitárias e sua cobertura pela mídia internacional. Os EUA, por exemplo, evitaram enviar ajuda a Cuba e não afrouxaram os embargos sob a ilha, dificultando os trabalhos humanitários. Os Estados e as organizações internacionais, assim como os principais veículos de mídia no Brasil, priorizaram a passagem do Furacão Irma nos EUA em detrimento dos impactos no Caribe e dos tremores no México. Esses desastres e a solidariedade seletiva alimentam a discussão sobre os efeitos de assimetrias políticas, sociais e econômicas inclusive nos esforços de superação de crises humanitárias.

Fontes: [G1](#) 06/09/2017; [Correio Braziliense](#) 07/09/2017; [EBC](#) 07/09/2017; [Telesur](#) 08/09/17; [El País](#) 11/09/2017; [TeleSur](#), 12/09/2017; [Latin American Post](#) 14/09/2017; [USA Today](#), 15/09/2017; [TeleSur](#), 18/09/2017; [USA Today](#), 19/09/2017; [America Magazine](#) 22/09/2017; [XinhuaNet](#), 23/09/2017; [Mexico News Daily](#), 29/09/2017.

Divergências entre muçumanos e budistas em Mianmar geram fluxo de refugiados

O conflito entre a minoria muçumana rohingyas e budistas, em Mianmar, historicamente tem gerado refugiados. No ano de 1982 foi retirada nacionalidade birmanesa dos rohingyas, tornando-os a maior comunidade apátrida do mundo. Os países que tradicionalmente recebem esses indivíduos são, em menor quantidade, Índia, Nepal e Paquistão, e Bangladesh, que é o principal destino. Em 25 de agosto de 2017, após rebelião do Arakan Rohingya Salvation Army (ARSA, sigla em inglês), a ação do Exército birmanês e milícias budistas contra a população rohingyas foi

intensificada, registros de incêndios de casas e comunidades. A Organização das Nações Unidas (ONU) considerou estes episódios como “limpeza étnica”. Em consequência disso, novo fluxo de deslocados forçados tem-se dirigido à Bangladesh, que já possuía campo de refugiados com aproximadamente 300 mil pessoas desta minoria. De acordo com a Organização Internacional para Migração (OIM), de 25 de agosto a 27 de setembro foram registradas 480 mil novas chegadas de rohingyas na cidade Cox’s Bazar, em Bangladesh. O país já solicitou ajuda financeira ao Banco Mundial, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) afirmou que Bangladesh necessita de ajuda internacional para fornecer alimentos aos refugiados. Em contrapartida, a fronteira indiana com Mianmar foi reforçada, e a Suprema Corte da Índia examinou, no dia 18 de setembro, solicitação de impugnação da deportação de rohingyas que já vivem na capital Nova Délhi. Autoridades do país afirmam que esta população é uma ameaça à segurança. Por outro lado, o Ministro de Relações Exteriores da Indonésia, Retno Marsud, em reunião com o Chefe das Forças Armadas de Mianmar, general Min Aung Hlaing, solicitou resposta do governo à crise no país. Malala Yousafzai e Aung San Suu Kyi, ambos Prêmio Nobel da Paz, ressaltaram a ausência de posicionamento de Aung San Suu Kyi, líder “de facto” do governo de Mianmar. Suu Kyi cancelou sua participação na 72ª Assembleia Geral da ONU. Na ocasião, em 21 de setembro, a Primeira Ministra de Bangladesh, Sheikh Hasina, afirmou que Mianmar instalou minas terrestres em suas fronteiras para impedir o retorno dos refugiados rohingyas. No dia 28 de setembro, Mark Field, Secretário de Estado britânico para Ásia, Australásia e Pacífico, após encontro com a líder de Mianmar, afirmou que Suu Kyi se comprometeu em autorizar o retorno à Birmânia dos refugiados rohingyas.

Fontes: [Valor](#), 13/09/2017; [Observador](#), 15/09/2017; [EM](#), 18/09/2017; [Folha de São Paulo](#), 22/09/2017; [Times of India](#), 25/07/2017; [Carta Capital](#), 27/09/2017; [Istoé](#), 27/09/2017; [RTP Notícias](#), 27/09/2017; [DN](#), 28/09/2017.

Alerta de ameaça a minorias

Um dia após a celebração do 10º aniversário da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, comemorado no dia 13 de setembro, a Anistia Internacional denunciou o governo peruano por negligenciar e violar direitos humanos de centenas de indígenas das regiões de Cuninico e da província de Espinar. As comunidades estão expostas a água

contaminada com metais tóxicos e esta é a única fonte local de água. Apesar do governo peruano ter decretado estado de emergência de saúde pública na região, no início de 2017, nenhuma providência foi tomada. Considerando a falta de compromisso com a população indígena, ministros da saúde de países do continente americano se comprometeram, no dia 26 de setembro, a combater a invisibilidade sofrida não só pelos índios, mas também pelos afrodescendente e ciganos. A Organização das Nações Unidas (ONU) emitiu, no dia 23 de setembro, um alerta para o genocídio que a população do Iêmen vem sofrendo. Estima-se que 17 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar. A população da Crimeia, que está ocupada pela Rússia, também está sofrendo graves violações de direitos humanos, como detenções arbitrárias, torturas e desaparecimentos. O relatório emitido pela ONU, no dia 27 de setembro, aponta que indivíduos que não obtêm a cidadania russa não possuem igualdade perante a lei, além de serem privados de direitos, como possuir terras para a agricultura e participação política.

Fontes: [El País](#), 12/09/2017; [ONU](#), 13/09/2017; [Anistia Internacional](#), 14/09/2017; [ONU](#), 23/09/2017; [ONU](#), 27/09/2017; [ONU](#), 27/09/2017.

Governos Federal e do estado de São Paulo sofrem críticas de ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU

No discurso proferido em seção do Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH) no último dia 18 de setembro, a Embaixadora do Brasil nas Nações Unidas, Maria Nazareth Farani Azevedo, afirmou que o país está comprometido com a promoção dos direitos humanos, garantindo que, apesar do ajuste fiscal, o orçamento do setor social será mantido ou expandido. A Embaixadora também afirmou que o país entra num ciclo virtuoso para os direitos humanos. Na Revisão Periódica Universal de 2017, o Brasil foi questionado sobre denúncias de violência policial, proteção de minorias, racismo e cortes de investimentos em saúde e educação. Em comunicado conjunto, entidades como Anistia Internacional e Conectas questionaram a posição brasileira, por não corresponder à realidade do país. As organizações apontam que os representantes brasileiros se recusaram a reconhecer as graves violações dos direitos humanos que ocorrem no território nacional. As principais críticas dizem respeito ao orçamento do governo federal para áreas como direito à moradia, assistência social e promoção da igualdade racial, que sofreram cortes de mais de 70%. Além

disso, ONGs de direitos humanos também cobraram, na mesma seção do CDH, que o governo de Geraldo Alckmin não se omitisse, e implementasse mecanismos de prevenção de tortura no estado de São Paulo. Os grupos reiteraram que, apesar de o Brasil ter ratificado o Protocolo Opcional da Convenção Contra a Tortura em 2007, apenas nove estados estabeleceram algum instrumento de prevenção até o momento. Por São Paulo concentrar mais de um terço da população carcerária do país, e não estar entre os estados brasileiros que cumpriram os termos do acordo, foi alvo da declaração lida no CDH.

Fontes: [Conectas](#), 18/09/2017; [Sputnik Brasil](#), 21/09/2017; [Estadão](#), 22/09/2017.

Avanços e retrocessos na questão de gênero

No dia 14 de setembro, o governo da Tunísia anulou decreto do ano de 1973 que proibia mulheres tunisianas de se casarem com homens não muçulmanos. Até então, o homem cristão que desejasse se casar com uma tunisiana deveria obrigatoriamente se converter ao islamismo, uma vez que a “sharia” (lei islâmica) só permite o casamento misto aos homens. No mesmo dia, a presidenta chilena, Michelle Bachelet, promulgou uma lei que despenaliza o aborto em três situações: risco total para a mulher; casos em que o feto ou embrião tenha patologia congênita adquirida ou geneticamente incompatível com a vida extrauterina independente, e em situações de violação sexual. Apesar desses avanços, a violência contra as mulheres permanece. No México, em Puebla, a estudante Mara Castilla foi assassinada após pedir um carro por meio do aplicativo Cabify. O feminicídio de Castilla desencadeou protestos na capital mexicana e na internet, rememorando que no México sete mulheres são assassinadas por dia. Organizações civis afirmam que este número é maior, contudo muitos casos são classificados pelas autoridades locais como homicídios comuns e não em razão do gênero da vítima. O Festival de Veneza, que ocorreu entre os dias 30 de agosto e 9 de setembro, na Itália, mobilizou o tema da violência contra a mulher ao exibir o documentário O estupro de Recy Taylor, que narra a história de uma mulher negra, que aos 24 anos de idade, no ano de 1944, foi estuprada, ao sair da Igreja, em Alabama, por seis homens brancos que até hoje não receberam condenação pelo crime cometido.

Fonte: [El País](#), 05/09/2017; [El País](#), 14/09/2017; [El Mostrador](#), 14/09/2017; [BBC Brasil](#), 18/09/2017.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

